

INFORMAÇÃO: recurso para a ação política do cidadão?

INFORMATION: resource for political action to citizen?

Dr^a Eliany Alvarenga de Araújo - eliany@openline.com.br

Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação,
da Universidade Federal da Paraíba e Coordenadora do
Curso de Mestrado em Ciência da Informação-Cmci/Ccsa/Ufpb

Resumo:

Análise conceitual do termo ação política e da inter-relação deste com a informação. Discute a relação entre emissores e receptores de informação, a partir do modelo teórico proposto pela Teoria Matemática da Informação (Shanon&Weaver). Propõe os seguintes conceitos: práticas informacionais (ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais ocorridos nas formações sociais) e o modelo comunicativo-informacional (representação teórica do fenômeno informacional que estrutura-se a partir das práticas informacionais de recepção, geração e transferência de informação e que incorpora o questionamento consensual e a reflexão equilibrada entre emissores e receptores). Tais conceitos são propostos como recursos teóricos para uma maior compreensão da relação entre informação, ação política e cidadania.

Palavras-chave:

Informação e Cidadania. Práticas Informacionais. Ação Política e Informação.

Abstract:

Conceptual analysis about political action and the relation between political action and information. Discussion of relation between sender and receiver about theoretical models of mathematical theory of information (Shanon&Weaver). Proposes the information production concept (reception actions, generation and transference of information through a communications process occurred in society) and the communicative-informational model (theoric representation of informational phenomenon about produce information concept and the reflective discussion between sender and receiver). This concepts are proposes for wide compression about relation between information, political action and citizenship.

Keywords:

Information and citizenship. Information Production. Political Action and Information

1 INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade leva o sujeito social a desenvolver uma série de ações, que denominaremos de práticas sociais. Estas práticas sociais podem ser definidas como ações desenvolvidas por um indivíduo ou por grupos de indivíduos localizados em determinada formação social. Como coloca Oliveira (1993, p. 134) *"o homem experimenta a si mesmo como aquele cujo ser se constrói por sua ação dentro de um mundo; ele se faz por*

sua relação com o mundo, que ele transforma assim em mundo humano, no contexto das relações sociais. O homem se experimenta então, originariamente, situado, isto é, inserido num contexto sócio-humano, e sabe que conquista seu ser através da linguagem, que retém a experiência histórica da comunidade. O homem nasce dentro de uma comunidade de comunicação: sujeitos que agem comunicativamente e que se compreendem sempre dentro de um horizonte de sentido, que constitui o conjunto de evidências que sua comunidade adquiriu através da história. É sempre dentro desse todo de significação que emerge o sentido de tudo o que o homem encontra em sua vida: o sentido de cada realidade particular que o homem encontra e recebe a sua determinação a partir dessa totalidade construída historicamente."

No contexto das práticas sociais a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí tomam decisões sobre suas vidas, seja em nível individual ou coletivo. Assim ao estabelecerem circuitos comunicacionais os sujeitos constroem as práticas informacionais. Estas podem ser conceituadas como ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais. Consideramos que, a construção da cidadania ou das práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, como de direitos civis e sociais depende fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos e de um processo de discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão, ou seja, as condições sociais de produção do conhecimento¹. Consideramos que o não-acesso à informação dificulta o pleno exercício da cidadania. Assim, a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo com qualquer outro, sendo tão importante como o direito a educação, saúde, moradia, justiça e tantos outros. Entretanto, a informação apresenta um duplo e contraditório caráter, uma vez que ela pode provocar *transformações por acumulação* (a informação veiculada confirma a realidade, gerando aceitação) ou pode *transformar por ruptura* (a informação não confirma a realidade conforme o sujeito social a percebe, gerando mudanças, que podem ser cognitivo-individual ou cognitivo-social). Devemos salientar que este caráter contraditório e complementar da informação surge em decorrência da dupla natureza que a mesma detém, ou

¹ Condições sócio-institucionais que determinam a evolução do conhecimento, bem como, as relações de poder estabelecidas no processo. Este conceito pode ser aprofundado nas seguintes obras de Michel Foucault: "Vigiar e Punir", "História da Loucura" e "Microfísica do Poder".

seja, a informação estrutura-se através de uma *ordem objetiva-productivista* (o que se pretende fazer, o objetivo que se pretende alcançar a partir do acesso/uso da informação) e uma ordem de outra natureza- a *ordem subjetiva-cultural* (que nos explica como se faz, como se constrói o caminho para a implementação do objetivo, como a informação é interpretada pelos sujeitos do conhecimento envolvidos em diferenciados processos sociais).

2 A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA

Colocamos anteriormente que a construção da sociedade leva o sujeito social a desenvolver práticas sociais e, que estas, por sua vez podem ser conceituadas como ações desenvolvidas pelos sujeitos em diferentes campos sociais. Mas, como podemos conceituar o termo ação?

Em um sentido amplo ação pode ser compreendida como a capacidade de agir, como um modo de proceder, uma atitude de força, de poder fazer alguma coisa. A ação está assim ligada, num primeiro momento ao comportamento humano. Num segundo momento, ela se liga à condição humana de pluralidade, ao fato de que a vida humana é essencialmente vida em comum, pois não se age de forma totalmente isolada. Sempre se age com e sobre os outros. Conforme coloca Canivez (1991,p.138) "a ação é um modo de existência humano, pois é na ação que o indivíduo existe enquanto indivíduo humano e faz parte da comunidade de humanos. Neste momento, a ação assume sua natureza social, ou seja, podemos falar de ação como algo que se dá através da interação social.

Conforme Weber (1991, p. 13), a ação social orienta-se pelo comportamento dos outros, seja este, passado, presente ou futuro. Os "outros" podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. Assim, baseados em Weber, (1991, p. 14) podemos compreender que a ação social, como toda ação, pode ser determinada através das seguintes formas:

- a) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como "condições" ou "meios" para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, com sucesso. A grande maioria das ações cotidianas habituais aproximam-se desse tipo de ação;

- b) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado;
- c) *de modo afetivo especialmente emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais. Age de maneira afetiva quem satisfaz sua necessidade atual de vingança, de gozo, de entrega, de felicidade contemplativa ou de descarga e afetos, seja de maneira bruta ou sublimada;
- d) *de modo tradicional*: por costume arraigado;

Weber (1991,p.14) salientou que muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra destas maneiras. E, naturalmente, esses modos de orientação de modo algum representam uma classificação completa de todos os tipos de orientações possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados para fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais- ainda mais freqüentemente- ela se compõe.

Considerando os modos de orientação ou de ação, elaborados por Weber (1991,p.14), indagamos: que tipo de ação social inter-relaciona as práticas informacionais e as práticas de cidadania?

Partindo do pressuposto de que os direitos de cidadania se relacionam diretamente a convivência dos sujeitos no conjunto da sociedade e que este conjunto se constitui a partir de questões sociais, econômicas, políticas e culturais e que no contexto das sociedades letradas o estado intermedia tais questões, temos que a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania estrutura-se a partir de uma ação diretamente política, no sentido de que é na esfera pública e, principalmente, do poder público que os sujeitos sociais desenvolvem ações que objetivam alcançar os direitos de cidadania. Assim, a informação num contexto de cidadania subsidia uma ação política.

A ação política se diferencia de outros tipos de ação, pois encerra em si mesma uma especificidade muito grande. A ação política tanto pode criar a possibilidade de transformação progressiva da sociedade, a partir de certos valores; como pode também gerar a possibilidade de manutenção das estruturas existentes. Segundo Canivez (1991, p. 140), *"a política é a ação pela qual a comunidade dos cidadãos realiza um modelo constantemente reelaborado de justiça; modelo que concilia a exigência fundamental de igualdade com as desigualdades impostas pelas circunstâncias e pelos imperativos da eficácia, ou ainda, a política é a ação pela qual a comunidade age sobre sua própria estrutura social, para que nela os homens não tenham apenas o status de instrumentos úteis a reprodução do sistema, mas também o de*

sujeito, para que possam ter uma existência, para que possam buscar "o contentamento na liberdade". Os homens são sujeitos livres e iguais, não na medida em que apenas recusam as vantagens e servidões do progresso, mas assim que se organizam para impor ao progresso técnico e científico a subordinação de valores morais."

Conforme Canivez (1991, p. 140) a ação política pode se desenvolver a partir de diferentes níveis:

- a) Considerando-se o conjunto de cidadãos, pode-se dizer que esse conjunto age sobre o governo pela pressão da opinião pública. Esta pode ser feita pelos cidadãos passivos ou ainda por uma massa de indivíduos isolados onde, cada um por si, exprimem seus interesses. Nesse caso, só uma maioria de dirigentes (na verdade representantes de amplos segmentos e classes sociais mais organizadas) podem desenvolver ação política e a opinião pública, inorganizada, constituída de uma soma de opiniões puramente individuais, tenderá a ter confiança absoluta em um chefe (líder, guia, etc). neste contexto quando a eleição o voto é puramente reativo. Expressa a coincidência de um interesse particular com as propostas de um indivíduo, ou então uma reação de recusa (o que pode ser considerado, sobre certos aspectos, grau zero de ação política);
- b) Outra situação possível e mais próxima da realidade das sociedades modernas é aquela em que a opinião pública é sempre mais ou menos estruturada, ou seja, ela está dividida em grupos de interesses (sindicatos, grupos profissionais, etc) ou em associações que defendem princípios religiosos, morais ou culturais (tais como, igrejas, associação de moradores, organizações de defesa dos direitos humanos, etc). Neste caso os cidadãos não são passivos, no sentido estrito do termo, mas também não são totalmente ativos, como os políticos ou os sindicalistas. Aqui temos uma situação, onde os grupos de interesse, desde que estejam organizados, buscam se fazer presentes no cenário diretamente político. Tais grupos buscam convencer os governantes de que os seus interesses são os mais acertados para o bem estar de toda a nação. Por isso elaborarão suas propostas políticas e procurarão apresentá-las perante aos governantes e a toda a opinião pública. Temos neste contexto um segundo grau de ação política dos cidadãos. A ação política de organizações não-governamentais-ONGs, de uma forma ampla, também podem ser classificadas neste nível de ação política;
- c) A opinião pública pode ser constituída, em parte, por cidadãos ativos, que analisam as situações como se fossem eles que decidissem. Estes cidadãos tem a tendência de se organizarem em forma de partido político e se não militam em determinado partido político ou não exercem cargos públicos, eles acompanham a discussão política (entre

partidos políticos, entre o governo e o Congresso Nacional). Percebem a importância desta discussão e dela participam em todas as suas instâncias (no Congresso Nacional, nas municipalidades, nos lugares públicos , na mídia, entre conhecidos, etc). Estes cidadãos tem preferência por um partido político ou outro, porque pensam em termos de projetos políticos, em termos de soluções possíveis para os vários problemas sociais vivenciados pelas comunidades. O voto, nesse caso, corresponde à escolha de um projeto mais ou menos definido. Aqui temos um terceiro nível de ação política dos cidadãos;

- d) O cidadão ativo politicamente é, segundo Canivez (1991,p.140), aquele que exerce responsabilidades num nível qualquer de hierarquia de um partido ou em funções públicas. Assim tanto mais ativo será quanto mais próximo estiver dos centros de decisão política. Em outras palavras, é tanto mais ativo quanto mais participar de uma instância que caracteriza-se como um campo social diretamente político- o governo. Este é o último e mais desenvolvido grau de ação política do cidadão;

Consideramos que esses diferentes níveis de ação política propostos por Canivez (1991, p. 140), representam, de uma forma ampla e esquemática, as possibilidades de ação política do cidadão nas sociedades modernas.

3 INFORMAÇÃO - ANÁLISE CRÍTICA DE MODELOS TEÓRICOS

Afirmamos anteriormente que num contexto de práticas de cidadania a informação, ou melhor, as práticas informacionais constituem-se em elementos de apoio a ações políticas. A partir desta consideração, buscaremos neste item analisar modelos teóricos da Ciência da Informação, que nos auxiliem a refletir sobre tal situação - a informação como recurso para a ação política do cidadão.

Um modelo teórico muito utilizado no campo da Ciência da Informação para analisar as práticas informacionais tem por base a teoria matemática da informação de Shanon&Weaver, criada em 1948/1949. Esta teoria foi formulada para atender as necessidade de melhor desempenho da companhia telefonica American Telephon and Telegraph-ATT, e descreve uma relação linear (emissor-receptor), mesmo quando considera outras variáveis da comunicação humana, como as intenções, as condições da mensagem sobre o receptor, ou seja, as modalidades do processo informacional, revestidas de conteúdo semântico e sujeito a interpretações. Segundo este modelo o conhecimento é gerado em centros de excelência e

colocado disposição de clientes que estão distantes (física ou socialmente) deste centro gerador. Este modelo está baseado na lógica e na terminologia científica, permeado, portanto por toda uma racionalidade instrumental e contemporânea. Outra característica deste modelo é a desconsideração da questão da relativa diferença de valores entre geradores, difusores e usuários de informação.

Este modelo, que denominaremos de difusionista, baseia-se numa visão sistêmica do fenômeno informacional. Nesta visão a informação é vista como elemento de equilíbrio dos sistemas, ou seja, ao se enviar uma informação de um sujeito Y para um sujeito X, com um mínimo de tempo e de perda de energia, a informação possibilita a perpetuação e o estabelecimento de equilíbrio nos sistemas. Neste contexto qualquer falha no sistema é atribuída a um mau funcionamento em alguns de seus componentes e não à utilização do modelo sistêmico.

O modelo difusionista está baseado no esquema centro-periferia e gera:

- estratificação entre os diferentes grupos envolvidos no processo de transferência de informação;
- uma cadeia de dependência (muitas vezes unilateral) dos receptores/usuários/demandantes, em relação aos geradores e difusores, já que privilegia um sistema de conhecimento, de maneira excludente, em relação aos outros sistemas de conhecimento socialmente partilhados;
- relação social subordinada de forma assimétrica ou desequilibrada entre os geradores e usuários de informação;

Os problemas gerados pelo modelo difusionista podem ser sanados através do desenvolvimento de um diálogo informado, horizontal e equilibrado no contexto do processo de práticas informacionais. Entretanto a implementação deste "novo" diálogo exige uma postura teórico-metodológica renovada por parte da Ciência da Informação em relação ao seu objeto de estudo.

Consideramos que, atualmente a Ciência da Informação tem vivido várias transformações no sentido de ampliar seu objeto de estudo. Assim, após algumas décadas seguindo o modelo difusionista, este campo de conhecimento científico, tem procurado introduzir novas questões no conjunto de suas pesquisas. Segundo Ingwersen (1991, p. 26), a Ciência da Informação tem incorporado um forte enfoque social à suas investigações e as mesmas tem apresentado as seguintes características:

- foco central na esfera humana da transferência de informação;

- ênfase nos processos de comunicação entre o homem e a tecnologia da informação para o propósito de uso da informação armazenada;

Conforme este mesmo autor, estas são as tendências das pesquisas em Ciência da Informação na década de 90:

- profunda mudança no que diz respeito aos objetos de pesquisa e desenvolvimento - de documentos/textos em direção a informação transformada em conhecimento;
- uma dramática mudança na abordagem - antes voltada para questões tecnológicas apenas- para incluir atualmente a abordagem da dimensão humana;
- uma troca do entendimento da informação como puramente científica para "informação num sentido amplo";
- nenhuma separação entre "acessibilidade" e "uso" - mas vendo esses processos em conjunção;

Conforme Ingwersen (1991, p. 28), diante de tais transformações, especialmente no que se refere ao conceito de informação para a ação, a noção de intencionalidade torna-se de fundamental importância, por implicar que uma importante razão para a busca da informação desejada é obter conhecimento para desempenhar algum tipo de ação ou atividade, razão esta que não se restringe à solução de problemas, mas envolve meta e interesses culturais e emocionais. Aqui iríamos mais longe ao afirmar que a interação também sofre influência dos interesses econômicos e políticos. Desse modo, ao ter que lidar com diferentes grupos sociais e com os indivíduos que formam estes grupos, a Ciência da Informação tem que levar em conta a interação que ocorre, não só entre sistemas e seres humanos, mas também entre os indivíduos num contexto social.

A variedade e complexidade dos problemas que atualmente se colocam à Ciência da Informação exigem da mesma enfoques interdisciplinares e a adoção de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos necessários à compreensão de questões como a intencionalidade subjacente a informação para a ação, a interatividade entre usuários e sistemas de informação, os processos comportamentais da transferência de informação, a influência dos contextos sócio-cultural, político e econômico nas práticas informacionais desenvolvidas tanto por profissionais de informação, como por usuários; a relação entre o acesso/uso da informação e o desenvolvimento social e humano, de modo que se encontrem soluções efetivas para os problemas da informação.

Através da visão apresentada sobre o atual panorama da Ciência da Informação, pode-se observar que, mudanças significativas ocorreram nas últimas décadas neste campo, inclusive quanto ao seu objeto de estudo e aos problemas colocados para investigações na

Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., ISSN 1518-2924, Florianópolis, Brasil, n.9, p.1-15, 2000. 8

área. Ao que tudo indica, a mudança essencial se deu em termos da substituição da ênfase, antes colocada na eficiência dos sistemas de informação e em problemas da tecnologia no uso do conhecimento, para um novo foco de atenção que privilegia interação de indivíduos e grupos entre si e com a tecnologia de informação. Ao modificar seu objeto de estudo, que passa de "informação" para "pragmáticas sociais de informação", ou ainda "práticas informacionais", a Ciência da Informação assume que um dos seus objetivos principais *"é análise das práticas informacionais desenvolvidas por sujeitos sociais, ou seja, as ações de recepção, geração e transferência de informação, nos circuitos comunicacionais de diferentes formações sociais."* Gomez (1990, p. 120).

Anteriormente colocamos que se faz necessário ao campo da Ciência da Informação uma postura teórico-metodológica renovada em suas análises sobre o fenômeno informacional. Num primeiro momento pode-se renovar o conceito de transferência de informação, no sentido de que ele não consegue representar, de forma eficaz, a dinâmica informacional, principalmente, no seu atual estágio de desenvolvimento. Assim, propomos o conceito de práticas informacionais para representar as ações recepção, geração e transferência de informação. Em um segundo momento, faz-se necessário a renovação do modelo que tem orientado as análises e estudo sobre o fenômeno informacional.

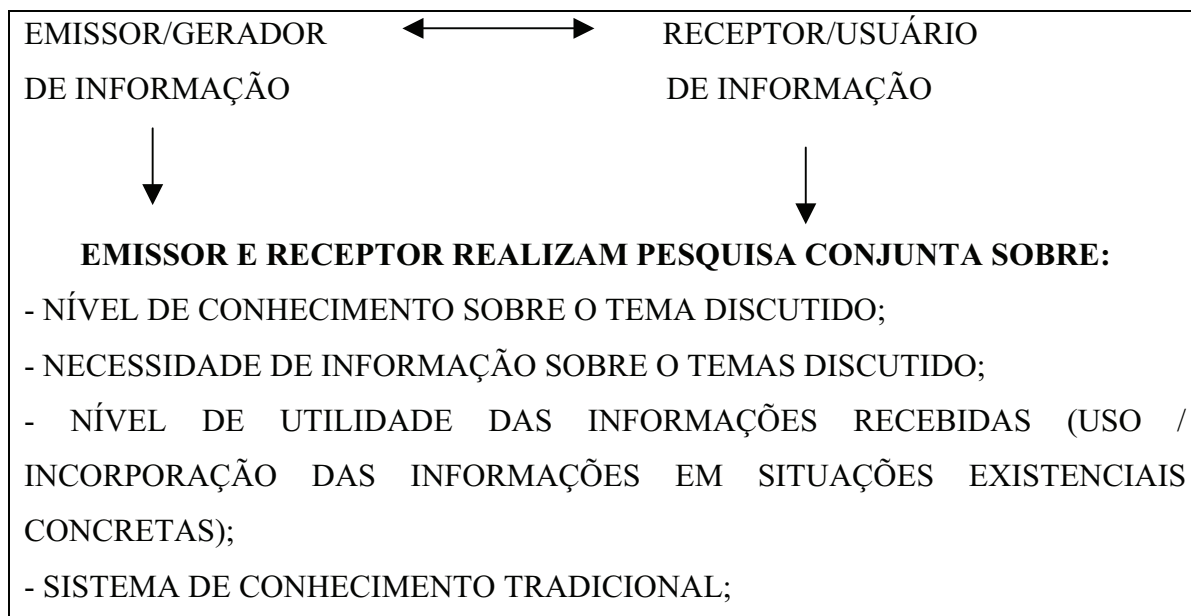
Consideramos que o modelo comunicativo-informacional, que subsidia o conceito de práticas informacionais, possa ampliar a compreensão do campo da Ciência da Informação sobre a dinâmica do fenômeno informacional. Assim, num primeiro momento temos que no âmbito do fenômeno informacional o aspecto a ser estudado não é apenas a transferência, mas também a recepção e a geração de informação e, como consequência destas, deve-se procurar analisar a transferência de informação. Assim, através desta nova percepção do fenômeno informacional poderá ocorrer uma reestruturação da compreensão do processo de produção de conhecimento e uma compreensão mais ampla do conceito de conhecimento. Esta nova percepção, conforme Cebotarev, (1983, p.15) cria possibilidades para que ocorra:

- descentralização das atividades geradoras de conhecimento para "mundos" mais próximos das comunidades;
- redefinição do próprio sistema de conhecimento legitimado, tais como o conhecimento experimental (experencial, adquirido pela experiência da vida cotidiana), o conhecimento prático e conhecimento socialmente útil;
- integração do sistema de conhecimento científico com os sistemas de conhecimento local /experenciais;

A implementação do modelo comunicativo-informacional permite maiores possibilidades de questionamentos equilibrados e consensuais dos problemas locais comuns a grupos excluídos ou marginais. Além da análise dos problemas técnicos, permite a reflexão sobre o contexto sócio-econômico mais amplo. Neste modelo tanto o emissor, como o receptor assumem um papel ativo no processo de comunicação da informação. Assim, a partir deste modelo, as práticas informacionais (recepção, geração e transferência de informação) só são consideradas completas no momento em que uma mensagem (conjunto de informações) é enviada pelo emissor ao receptor e este a recebe e atribui sentido, através de seu acervo social de conhecimento. Após atribuir sentido o receptor utiliza tal carga informacional em situações existenciais concretas ou ainda, compreende a mensagem, mas a considera desnecessária ou impossível de ser compreendida e a descarta.

O modelo comunicativo-informacional, que tem suas bases teóricas nos estudos do educador brasileiro Paulo Freire, ressalta que a participação do usuário é tão essencial quando a do gerador de informação, para que as práticas informacionais ocorram de forma completa e eficaz, no sentido de que, a informação seja elemento de mudança social e de fortalecimento da cidadania. A partir destas considerações temos o seguinte quadro:

MODELO PARTICIPATIVO-COMUNICACIONAL



FONTE: FREIRE (1977).

Este modelo pode romper com o esquema centro-periferia do modelo difusionista, pois no mesmo, o emissor não é o único gerador/transmissor de informações, mas o receptor também gera e envia informações para o emissor relativas ao seu nível de conhecimento sobre o tema em discussão, bem como, sobre suas

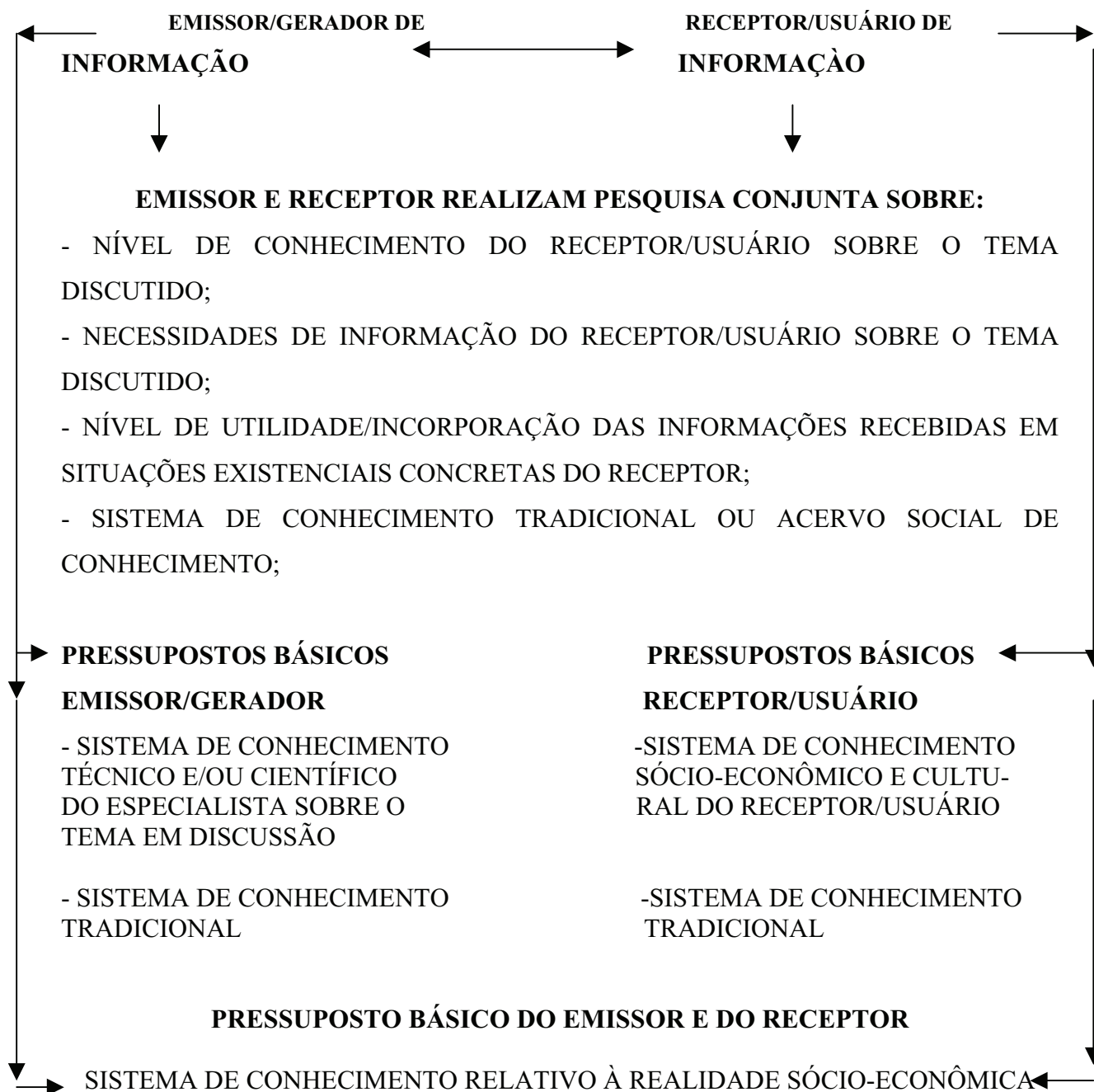
necessidades de informação e em conjunto (emissor e receptor) podem verificar o nível de utilidade das informações geradas/transferidas.

Partindo destas considerações que estruturam o modelo comunicativo-informacional, podemos incorporar novos elementos, no sentido de ampliar as possibilidades de análises do mesmo. A partir de Cebotarev (1983, p. 15/20), podemos incorporar os quatro sistemas de conhecimento que compõem a base de produção de conhecimento. Assim temos os seguintes sistemas:

- a) sistema de conhecimento técnico-científico - o conhecimento dos "experts" e "intelectuais orgânicos", usando a expressão de Gramsci;
- b) sistema de conhecimento sócio-cultural local (família, comunidade, costumes, tradições);
- c) sistema de conhecimento tradicional ou "experencial" ou ainda o acervo social de conhecimento;
- d) sistema econômico-político (mais relacionado às formas de construção do Estado);

Estes sistemas são elementos diferenciados mas, ao mesmo tempo, são também complementares, pois se interrelacionam, de forma dinâmica, no modelo participativo. A partir deste inter-relação temos o quadro a seguir:

MODELO COMUNICATIVO-INFORMACIONAL



FONTE: Cebotarev, 1983.

As práticas informacionais baseadas nestes vários sistemas são inter-relacionadas de forma dinâmica e geram a possibilidade de um diálogo informado, horizontal e equilibrado e ao mesmo tempo possibilitam também que se detectem as barreiras que impedem tal dinâmica. Como produto deste processo informacional participativo podemos obter a transformação da informação em conhecimento e deste em ação; no caso das práticas de cidadania, em ação política. Através deste modelo cria-se a possibilidade de compreendermos

de forma mais completa as características do fenômeno informacional, bem como, os direcionamentos que podemos implementar no sentido de fortalecer a relação informação e cidadania, ou ainda, informação, ação política e transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que, o modelo comunicativo-informacional propõe a substituição gradual da idéia de audiência passiva por um conceito de audiência altamente seletiva e , por isso, altamente seletiva. Nesse modelo tanto o emissor, como o receptor devem compartilhar algum campo de experiências e dominar o código que será usado para a transmissão e recepção de informações. A eficiência aqui não está meramente relacionada à quantidade de informação mas à efetivação do fluxo de informação e garantia de decodificação das mensagens. Esta, é sem dúvida, uma proposta renovadora no contexto teórico das ciências que estudam o fenômeno informacional.

Um dos autores do campo da Ciência da Informação que tem procurado desenvolver um enfoque analítico semelhante ao do modelo convergente é Wersig (1991, p.26-28). Segundo este autor, a informação é conhecimento em ação e este deve ser transformado em algo que apoia, que dá suporte para ações específicas, em situações específicas. Por outro lado, ele também afirma que os indivíduos precisam ser educados para se comportarem adequadamente nesse ambiente de conhecimento da sociedade moderna e que a Ciência da Informação deve desenvolver sistemas alternativos apropriados abertos a todo tipo de conhecimento. Wersig (1991,p. 27), também afirma que o atual estágio de desenvolvimento alcançado pela sociedade pós-industrial ou pós-moderna, em que se verifica uma nova situação do conhecimento como fenômeno da informatização, requer um novo tipo de ciência voltado para o desenvolvimento de estratégias para solucionar problemas particularmente surgidos em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo que a Ciência da Informação deveria ser vista como o protótipo da ciência pós-moderna.

Estas modificações no campo da Ciência da Informação provocam o surgimento de novas posturas de seus estudiosos diante da questão teórica do mesmo. Wersig (1991, p.28), não vê necessidade de se formularem novas teorias, mas sim de se desenvolverem modelos básicos a partir da redefinição de abordagens teóricas e da ampliação dos conceitos científicos já em uso neste campo de conhecimento científico, Como ciência para a solução de problemas os resultados desenvolvidos pelos estudos da Ciência da Informação deverão ser

estratégias para lidar com problemas. Isto requer o desenvolvimento de perspectivas internas aos problemas, a partir das quais o campo deve ser orientado. Desse modo, o trabalho teórico seria o de usar conceitos já disponíveis, que recortam diversas disciplinas, sem terem um domicílio científico específico, tais como: conhecimento, tecnologia, cultura, realidade, sociedade, entre outros. A esses conceitos, muitos dos quais não estão estabelecidos, e muitos dos quais pertencem ao senso comum, Wersig (1991, p.28), denomina de inter-conceitos. Assim, como o propósito de formular estratégias para lidar com os novos problemas colocados pelo atual estágio de desenvolvimento da sociedade e amarrando-os, de forma a aumentar e garantir a necessária seguridade científica. Outra questão discutida por Wersig (1991, p.28), é a da comunicação, que segundo este autor não pode mais ser vista como mera transmissão de informação, mas redefinida com "processo de redução de complexidade", em que diferentes mecanismos tomam parte, como seleção, raciocínio, modelagem, significação e resignificação.

A partir destas colocações, consideramos que nos dias atuais a Ciência da Informação tem procurado desenvolver um enfoque mais sócio-cultural, pois busca compreender as práticas informacionais como prática sociais e procura centrar sua atenção nas ações dos sujeitos sociais em busca por informação e no processo de produção de conhecimento. Tal postura representa um avanço significativo para a Ciência da Informação, no sentido que tal postura possibilita a análise de questões informacionais mais complexas, tais como a transformação da informação em conhecimento e, num segundo momento, podemos propor direcionamentos para uma gestão eficiente do conhecimento produzido. Assim, a abertura interdisciplinar, a adoção de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos e as preocupações com aspectos antes negligenciados, como a interação dos indivíduos no contexto social, ou a incorporação do estudo da intencionalidade no uso da informação para a ação, dão margem para reflexões mais abrangentes, que poderão vir a ser úteis no sentido de fortalecer o embasamento teórico-metodológico dos profissionais de informação. No caso das práticas informacionais num contexto de práticas de cidadania temos que, a intenção é diretamente política, ou seja, se dá como uma ação que objetiva explicitamente, a transformação progressiva da sociedade ou a permanência das atuais estruturas, a partir de certos valores e interesses. Qualquer que seja a direção apontada (transformação social ou permanência), podemos obter, em termos de conhecimento científico, uma compreensão mais ampla e instrumental sobre o fenômeno informacional.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1-CANIVEZ, P. *Educar o cidadão?* Campinas:Papirus, 1991.
- 2-CEBOTAREV, E. *Novas ferramentas para a comunicação intercultural.*: Pesquisa participativa e tecnologia apropriada. Viçosa: UFV, 1983. 20 p.
- 3-FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 3. Ed. Rio de janeiro: Paz e Terra,1977.
- 4-GOMES. M. N. G. de. O objeto de estudo da ciência da Informação: Paradoxos e desafios. Brasília, *Ciência da Informação*, v.19,n.2, p.117-122, jul./dez 1990.
- 5-INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: *International Conference on Conceptions of Library and Information Science*:Historical, empirical and theoretical perspectives. University of Tampere, Finland, Sugust, 26-28,1981.
- 6-OLIVEIRA. M. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola,1993.
- 7-WEBER, M. *Economia e Sociedade*; Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília. Ed. da UnB, 1991.
- 8-WERSIG, G. *Information Science and Theory: A weaver bird perspectives*. University of Tampere, Finland, 1991. P. 26-28.